

SES-RJ

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO

PSICÓLOGO



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



SES-RJ

Psicólogo

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de texto	1
Modos de organização textual: descrição, narração e dissertação	6
Coesão e coerência textuais	18
Níveis de linguagem	22
Variedades da língua	24
Uso informal e formal da língua	26
A norma culta. Uso da língua e adequação ao contexto. A norma culta. Uso e adequação da língua à situação de comunicação	27
Elementos da comunicação . Funções da Linguagem	31
Figuras de linguagem	36
Sinônimos, antônimos, homônimos, parônimos. Polissemia. Denotação e conotação	41
Ortografia	46
Acentuação gráfica	53
Estrutura e processos de formação de palavras	56
Flexão nominal e verbal. Emprego de tempos e modos verbais	62
Processos de coordenação e subordinação (valores semânticos)	67
Pronomes: emprego, forma de tratamento e colocação	73
Regência nominal e verbal	78
Concordância nominal e verbal	85
Crase	91
Pontuação	95
Questões	100
Gabarito	112

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Constituição Federal: Artigos 196, 197, 198, 199 e 200	1
Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e suas alterações – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências	4
HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização	23

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Conselho Nacional de Saúde: Resolução nº 330, de 4 de novembro de 2003 – Aplica os princípios e diretrizes para a norma operacional básica de recursos humanos para o SUS (NOB/RH-SUS) como Política Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, no âmbito do SUS	24
Lei nº 10.741/2003 e suas alterações – Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências	25
Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009 – Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra	45
Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 – Institui no âmbito do SUS a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT)	51
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	55
Portaria GM/MS nº 230, de 7 de março de 2023 – Institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no SUS	87
Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023 – Altera as Portarias de Consolidação GM/MS nºs 2, 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do SUS	93
Questões	112
Gabarito	119

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Ética profissional	1
Psicopatologia	6
Abordagens psicoterápicas	13
Avaliação psicológica	19
Psicologia do desenvolvimento	25
Psicopedagogia	31
Psicologia cognitiva	37
Teorias da personalidade	44
Psicologia do Trabalho	50
Psicologia Social	57
Psicologia Organizacional	62
Psicologia Hospitalar	69
Resoluções do Conselho Federal de Psicologia	76
Código de Ética do Psicólogo	76
Diagnóstico clínico de acordo com o CID10, DSM-5 e DMS-5-TR	81

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Produção científica em psicologia no Brasil, através das revistas científicas/acadêmicas, considerando as publicações a partir do ano de 2010	88
Manuais de testes e instrumentos psicológicos atualmente validados pelo Conselho Federal de Psicologia pelo SATEPSI	94
Questões	100
Gabarito	106

SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.



► Saúde

A saúde é direito de todos e dever do Estado. Segundo o artigo 197, da Constituição, as ações e os serviços de saúde devem ser executados diretamente pelo poder público ou por meio de terceiros, tanto por pessoas físicas quanto jurídicas.

A responsabilidade em matéria de saúde é solidária entre os entes federados.

Diretrizes da Saúde:

De acordo com o Art. 198, da CF, as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único – o SUS –, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III – participação da comunidade.

► A Saúde e a Iniciativa Privada

Referente ao Artigo 199, da CF, a assistência à saúde é livre à iniciativa privada e instituições privadas poderão participar de forma complementar do SUS, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

► Atribuições Constitucionais do SUS

Por fim, o Artigo 200 da CF, elenca quais atribuições são de competência do SUS.

SEÇÃO II DA SAÚDE

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: (Vide ADPF 672)

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

§1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único renumerado para §1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)



A ética está relacionada à reflexão sobre valores, princípios e critérios utilizados para avaliar comportamentos e decisões. A moral corresponde ao conjunto de valores, costumes e padrões aceitos por determinado grupo ou sociedade. No ambiente profissional, a ética orienta a maneira pela qual responsabilidades, recursos, informações e relações de trabalho devem ser administrados.

Ética profissional e integridade

Ética profissional não se limita ao cumprimento mecânico de regras. Ela exige que o profissional reconheça as consequências de suas ações e mantenha coerência entre atribuições, normas institucionais e valores como honestidade, imparcialidade, responsabilidade e respeito.

Integridade representa essa coerência aplicada ao comportamento. Uma pessoa íntegra não altera seus critérios conforme a possibilidade de fiscalização, nem utiliza sua posição para obter vantagem incompatível com suas responsabilidades.

Alguns valores possuem importância recorrente na conduta profissional:

- Honestidade na produção, utilização e comunicação de informações.
- Responsabilidade pelas decisões e pelos recursos sob sua administração.
- Imparcialidade na avaliação de pessoas, propostas e situações.
- Respeito às diferenças e à dignidade das pessoas.
- Diligência no cumprimento das atribuições e dos controles necessários.

► Ética, legalidade e responsabilidade

O cumprimento da regra como ponto de partida

Legalidade e ética estão relacionadas, mas não são conceitos idênticos. Uma regra formal estabelece limites objetivos de comportamento, enquanto a análise ética também considera honestidade, finalidade, confiança e consequências da decisão.

Em atividades administrativas, não é adequado utilizar percepções pessoais para afastar uma obrigação normativa. Quando houver dúvida sobre a conduta correta, devem ser examinadas as regras aplicáveis, as políticas da organização e as orientações das unidades competentes.

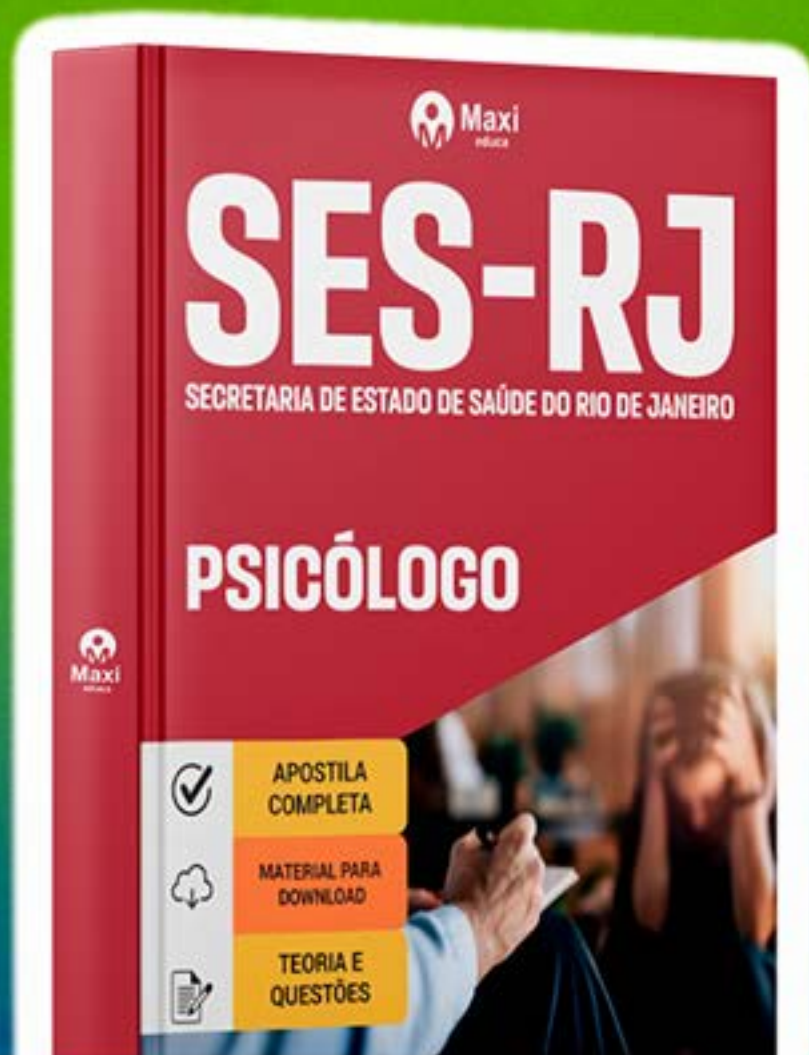
► Tomada de decisão ética

Análise estruturada de situações difíceis

Dilemas profissionais surgem quando diferentes interesses ou valores entram em tensão. Um gestor pode, por exemplo, sofrer pressão para acelerar um procedimento eliminando controles necessários ou receber solicitação para favorecer determinada demanda.

Uma avaliação ética pode considerar:

- Quais são os fatos efetivamente conhecidos.
- Quais normas, políticas e responsabilidades estão envolvidas.
- Quem poderá ser afetado pela decisão.
- Quais interesses pessoais ou institucionais estão presentes.
- Se a decisão poderia ser explicada e justificada de maneira objetiva.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!